



**CÂMARA MUNICIPAL  
DE CAMPO LARGO**

**INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI Nº \_\_/2025**

**SÚMULA: INSTITUI O PROGRAMA  
CONDOMÍNIO DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE  
CAMPO LARGO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Campo Largo, o Programa “Condomínio do Idoso”, destinado à oferta de moradias adaptadas e acessíveis para pessoas idosas, com foco em promover qualidade de vida, autonomia e convivência comunitária.

**Art. 2º** O Programa tem por objetivo proporcionar moradia digna e adequada à população idosa de baixa renda, em ambiente planejado para atender às suas necessidades, garantindo segurança, bem-estar e integração social.

**Art. 3º** As unidades habitacionais serão destinadas exclusivamente a pessoas idosas, em empreendimentos de padrão horizontal, compostos por moradias individuais e áreas comuns de convivência, lazer e apoio, observadas as normas de acessibilidade vigentes.

**Art. 4º** Poderão ser beneficiários do Programa os cidadãos que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

- I – ter idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
- II – comprovar residência no Município de Campo Largo há, no mínimo, 5 (cinco) anos;
- III – possuir renda familiar bruta mensal de até 6 (seis) salários mínimos, desde que o valor do aluguel social não ultrapasse 30% (trinta por cento) da renda;
- IV – não ser proprietário, possuidor ou usufrutuário de imóvel residencial;

2605/2025  
22/10/25



V – possuir autonomia para as atividades básicas da vida diária, sem necessidade de cuidados permanentes;

VI – estar inscrito nos cadastros municipais de habitação e assistência social.

**Art. 5º** Terão prioridade no acesso ao Programa:

I – idosos que componham núcleo familiar com pessoa com limitação de mobilidade ou necessidade especial;

II – idosos em situação de vulnerabilidade social;

III – mulheres idosas chefes de família;

IV – idosos com idade igual ou superior a 80 (oitenta) anos.

**Art. 6º** As moradias serão concedidas em regime de locação social, com caráter pessoal, intransferível e precário, mediante pagamento de valor simbólico mensal, limitado a percentual da renda do beneficiário.

§ 1º O imóvel permanecerá como bem público municipal, sendo vedada qualquer forma de transferência ou herança.

§ 2º Em caso de falecimento, internação permanente ou perda das condições previstas, o imóvel será retomado pelo Município e destinado a outro beneficiário cadastrado.

**Art. 7º** O Município poderá firmar parcerias, convênios e instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicas ou privadas, para a implantação, gestão e acompanhamento do Programa.

**Art. 8º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, observadas as diretrizes estaduais relativas à política habitacional para idosos.

**Art. 9º** As despesas municipais decorrentes de eventual participação no Programa correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, quando necessárias, sem prejuízo do recebimento de recursos estaduais ou federais destinados à execução das ações previstas nesta Lei.



**Art. 10º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campo Largo, 15 de outubro de 2025

---

**LUIZ CARLOS SCERVENSKI JUNIOR**

VEREADOR



**Justificativa:**

**Luiz Carlos Scervenski Junior, VEREADOR** que este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, vem com o devido acatamento, perante Vossa Excelência, a fim de apresentar a **INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI**, a ser objeto de apreciação em Plenário, cuja súmula **“INSTITUI O PROGRAMA CONDOMÍNIO DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

A presente Indicação de Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no Município de Campo Largo, o Programa “Condomínio do Idoso”, destinado à oferta de moradias adaptadas e acessíveis para pessoas idosas, com foco em promover autonomia, qualidade de vida e convivência comunitária.

A proposta encontra amparo legal na Constituição Federal, que em seu artigo 230 estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar. Da mesma forma, o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003), em seu art. 3º, impõe ao Poder Público a obrigação de assegurar à pessoa idosa todos os direitos fundamentais, incluindo o acesso à moradia digna, adaptada e com segurança.

Em âmbito estadual, a proposta está em consonância com a Lei Estadual nº 20.394/2020, que criou o Programa Casa Fácil – Viver Mais Paraná, coordenado pela Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) e pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Semipi).

Esse programa tem como objetivo atender o público idoso com empreendimentos habitacionais adaptados, acessíveis e integrados a atividades sociais, culturais e de saúde, por meio de parcerias entre o Estado e os Municípios.

De acordo com as Diretrizes da Modalidade Viver Mais Paraná, os municípios participantes podem contribuir com contrapartidas não financeiras, como a cessão de terreno, o fornecimento de profissionais de saúde e assistência social e o acompanhamento



técnico dos residentes — ações plenamente viáveis dentro da estrutura municipal de Campo Largo.

Importante destacar que Campo Largo já realizou estudos preliminares e tratativas com a Cohapar e o Governo do Estado do Paraná para implantação de projeto habitacional voltado à população idosa, denominado “Vila do Idoso”. Essa experiência prévia demonstra o interesse e a capacidade do Município em desenvolver iniciativas voltadas à terceira idade, reforçando a oportunidade de implantação do Programa “Condomínio do Idoso”.

No âmbito municipal, a proposta dialoga com a Política Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Lei Ordinária nº 3.638/2023) e com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (Lei nº 3.645/2023), instrumentos que reforçam o dever do Município de adotar políticas de proteção, promoção e inclusão da população idosa.

Segundo dados recentes do IBGE e das políticas públicas estaduais, o Paraná vive um processo acelerado de envelhecimento populacional — projeções indicam que, já em 2030, o número de idosos superará o de crianças e adolescentes. Campo Largo segue essa mesma tendência, o que exige planejamento antecipado e políticas habitacionais específicas para garantir moradia digna e convivência social adequada à terceira idade.

A criação do Programa “Condomínio do Idoso” representa um avanço concreto na promoção de políticas públicas integradas, voltadas não apenas à habitação, mas também à saúde preventiva, à segurança, ao convívio social e à inclusão.

Além de oferecer moradia adaptada, o programa estimula a vida ativa e o envelhecimento saudável, contribuindo para a redução da solidão, da dependência institucional e do isolamento social, problemas comuns entre idosos em situação de vulnerabilidade.

Trata-se, portanto, de medida de alto impacto social, que fortalece a rede de proteção à pessoa idosa, otimiza o uso de recursos públicos por meio de parcerias e coloca Campo Largo em sintonia com as mais modernas políticas de envelhecimento digno, ativo e sustentável.



Diante do exposto, a presente proposição merece apoio integral desta Casa de Leis, como demonstração de respeito, cuidado e responsabilidade com a população idosa do Município.

Câmara Municipal de Campo Largo, 15 de outubro de 2025

---

**LUIZ CARLOS SCERVENSKI JUNIOR**

VEREADOR